O IBGE, o IPC-r, a Inflação e as Eleições

Simon Schwartzman[1]

(versão completa de artigo publicado parcialmente no Jornal do Brasil, 15 de setembro de 1994

Uma das piores conseqüências da inflação brasileira tem sido a perda da capacidade de pensar a médio e longo prazo, substituída pela busca de resultados imediatos. Para a economia, isto leva ao predomínio da especulação sobre os investimentos de infra-estrutura, capacitação profissional e aumento da produtividade. Para as instituições públicas, a conseqüência tem sido a instabilidade orçamentária, a ausência de projetos de desenvolvimento, o esvaziamento das carreiras profissionais, a perda de quadros de liderança e o acirramento dos conflitos internos. A instabilidade se alterna com o extremo oposto, que é o engessamento. Sem recursos, o governo trata de segurar os orçamentos e limitar os gastos, aumentando o controle sobre salários e contratações, impedindo promoções e cortando investimentos. Os funcionários reagem buscando garantir sua estabilidade, pressionando por direitos reais ou imaginários, organizando-se em sindicatos e batendo à porta da justiça, forçando o aumento das despesas. O resultado é que todos perdem. As economias de hoje são comidas pelos aumentos de amanhã, que são esvaziados pela inflação de depois, aumentando a instabilidade e a perda de perspectivas, e acirrando os conflitos e as tensões.

O admirável é que, neste quadro, algumas instituições públicas ainda tenham conseguido manter seus núcleos de qualidade e seriedade, e consigam levar à frente suas responsabilidades. É este sem dúvida o caso do IBGE, que tem mantido o país alimentado de informações essenciais sobre sua sociedade e economia, através dos censos, das pesquisas sobre emprego e mão de obra, dos trabalhos cartográficos, dos diagnósticos ambientais, e do monitoramento constante, ainda que nem sempre agradável, dos índices de preços. As explicações para isto são a persistência de uma mística institucional, resultado da memória viva de esforços e resultados passados; a formação profissional de muitos de seus quadros, desenvolvida ao longo de anos de trabalho especializado; a consciência, por parte da grande maioria dos funcionários, da importância de preservar a instituição de conflitos momentâneos, fazendo com que, mesmo em momentos de greve, as atividades essenciais sejam mantidas; e, ainda que não esteja muito na moda dizer isto, a permanência do espírito público, de responsabilidade social, que também sobrevive em outros órgãos da administração, como o Itamarati e muitas universidades públicas. É óbvio que todas estas qualidades coexistem com seus opostos, cuja lista seria desnecessário enumerar. O importante é que elas se mantenham, e são estes elementos positivos que decidirão o futuro das instituições, sua credibilidade pública, e o apoio que elas vão receber da sociedade; e não o fato de que determinado grupo de funcionários ou dirigentes seja deste ou daquele partido, que determinado índice seja alto ou baixo, que alguém ganhe ou perca a eleição, ou do resultado de uma greve.

O episódio do IPC-r de agosto, reacendendo o fantasma da inflação em meio a uma campanha presidencial centrada nas virtudes e defeitos do Plano Real, foi uma prova de fogo para o país e para o IBGE, em relação à capacidade de todos de entender a importância de manter uma base de credibilidade e seriedade sem a qual nada pode ser construído. A estabilização da moeda é só o início de um processo muito mais amplo de estabilização da sociedade como um todo, sem a qual nada pode ser construído em áreas cruciais como a educação, a saúde, o emprego e tantas outras. É claro que foi ótimo ganhar a Copa, mas um efeito negativo da vitória pode ter sido a falsa confirmação de que o destino do país pode ser

1Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

decidido em um momento de sorte, em uma grande cartada, em um chute de pênalti que significará a vitória ou a derrota definitiva. Um índice alto ou baixo, uma frase infeliz, o resultado da última pesquisa eleitoral, uma matéria paga com frases de efeito nos jornais, e tudo estará ganho ou perdido. Se tudo vai ser resolvido aqui e agora, virtudes duradouras como trabalho, perseverança, responsabilidade, competência, perdem seu sentido ante os poderes da sorte, da esperteza e da radicalização. O principal problema do IBGE, nesta conjuntura difícil, não tem sido tanto o de defender a qualidade de seu trabalho, mas o de manter a perspectiva de longo prazo e defender a instituição das pressões, de fora e de inclusive de dentro, que pretendem jogá-la no conflito partidário e político-eleitoral.

Dito isto, é conveniente colocar a questão do IPC-r em uma perspectiva adequada. Os índices não são números cabalísticos, retirados de alguma cartola, nem o produto de alquimias inacessíveis processadas nos computadores de Mangueira. Os índices de preços são o resultado de metodologias muito bem conhecidas pela imprensa, pelos economistas e outros profissionais do governo, das universidades e da assessoria dos principais candidatos. Quando muda a moeda, e os preços se realinham, existe sempre a discussão sobre que variações os índices captam, e quem ganha e quem perde com a adoção deste e daquele índice para um ou outro fim. É legítimo divergir sobre a conveniência ou não de adotar o IPC-r como indexador dos salários. Foi uma decisão de governo, tomada em consulta com o Congresso, e cabe ao governo decidir se pretende ou não alterar esta política. Mas não houve erro, manipulação ou ocultamento.

Com a introdução do Real, haviam basicamente três opções para realizar a transição de uma moeda para a outra, em relação aos índices de preços. A primeira, adotada em planos de estabilização anteriores, seria fazer um índice "ponta a ponta". Isto significaria coletar os preços no início de julho (o "vetor"), e compará-los depois com os preços do final do mês. A virtude seria que não haveria contaminação com os preços anteriores. Haviam, no entanto, dois problemas. O primeiro é que os preços de um ou poucos dias podem ser atípicos e sujeitos a erros, quando comparados com o cálculo de médias de preços em um período de 30 dias, como o IBGE faz normalmente. O segundo é que um índice ponta a ponta estaria sujeito à crítica de que ele ignoraria a inflação das semanas anteriores à sua adoção.

A outra solução seria transformar os valores dos Reais em cruzeiros reais, e continuar a medir a inflação na antiga moeda, até que as comparações pudessem ser feitas todas na nova moeda. A virtude seria que manter a série na mesma moeda. O problema seria a ausência de uma referência de preços na nova moeda, que é realmente o que interessava.

A solução do IBGE foi trabalhar de forma consistente com o Plano Real, e comparar os preços em Real, a partir de 1 de julho, com os preços em URV para o período anterior. A virtude desta opção é que haveria uma base natural de comparação entre os dois períodos. Esta opção foi discutida extensamente, e adotada com a aprovação da equipe econômica. Ela não traz nenhuma contaminação do cruzeiro real, que foi totalmente eliminada pela conversão para URV. O que os altos índices de agosto revelam é que houve um aumento acelerado de preços em URV no final de junho, ao qual se somou o efeito do realinhamento tardio e dos aumentos reais dos aluguéis, que fizeram com que muitos tivessem que pagar aluguéis bem maiores em agosto do que em julho. Existem diferentes maneiras de colocar os preços de aluguéis nos índices, que poderiam dar resultados ligeiramente diferentes, e todas as alternativas foram examinadas. O fundamental é que houve um aumento efetivo de gastos com moradia entre julho e agosto, e este resultado é consistente com o encontrado por todos os outros institutos.

Quanto à divulgação, o IBGE decidiu em conjunto com o governo, conforme amplamente anunciado no início de agosto, suspender a publicação de informações prévias sobre índices baseadas em estimativas de resultados parciais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Estas informações prévias podiam ser necessárias em períodos de alta inflação, mas

são inúteis quando a moeda se estabiliza e os índices começam a perder sua importância. O IBGE continuou, no entanto, a publicar dois índices a cada 15 dias (o IPC-r e o IPCA-E, referidos ao período de 15 a 15, e o INPC e o IPCA, referidos ao período de 1 a 30 de cada mês, comparados aos períodos anteriores) sem qualquer restrição ou interrupção. O IPC-r e o IPCA-E são indexadores utilizados pelo governo, e podem ser suspensos ou alterados por decisão legal. Os índices quadrissemanais podem ser reintroduzidos se o governo assim o decidir. O INPC e o IPCA constituem uma referência fundamental para o acompanhamento da economia brasileira, cuja existência data do final dos anos 70, que não deve ser alterada ao sabor de contingências de curto prazo sem graves prejuízos. As informações econômicas e sociais básicas não são do governo, mas da sociedade como um todo, e já se foi o tempo em que governos manipulavam dados, quebrando os termômetros para não ver a febre.

Esta pequena incursão nos detalhes técnicos dos índices é suficiente para mostrar que não é possível tratar estas questões em termos de simples oposições entre "o certo" e "o errado", no calor dos embates político-eleitorais, sob o holoforte da imprensa, sem o risco de grandes simplificações. Existe sempre um leque de possibilidades e alternativas, e cada uma traz seus benefícios e suas desvantagens. A responsabilidade de instituições que produzem dados de grande interesse social é manter a integridade de seu trabalho, mostrando as alternativas, e mantendo a sociedade informada sobre os procedimentos, as virtudes e as limitações dos dados que produz. A maneira correta de fazer isto é não se furtar a dar todas as explicações e informações que lhe forem solicitadas, manter a opinião pública informada e esclarecida, mas sobretudo manter uma abertura e um diálogo constante com os técnicos e especialistas oriundos dos diferentes setores da sociedade e do espectro político, de tal maneira que o consenso sobre a solidez de seu trabalho se construa e se mantenha.

O sucesso do processo de estabilização e reordenamento econômico não depende de um ou outro índice isolado, mas de uma mudança de atitudes e perspectivas de muito maior alcance e profundidade. O IBGE passou bem por esta prova difícil, e isto é um indício de que o futuro pode ser melhor. Sua contribuição continuará sendo a de dar ao país os dados de que necessita, com toda a transparência e a melhor qualidade possível, por menos agradáveis que eventualmente possam ser.